

economia

Desemprego a 5,3% é a menor taxa para julho da Pnad

Indicador ficou em linha com as projeções do mercado financeiro

/ CONJUNTURA

A taxa de desemprego do Brasil recuou a 5,3% no trimestre até julho, após marcar 5,8% nos três meses encerrados em abril, que servem de base de comparação, apontam dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados nesta quinta-feira.

O indicador é o menor para o intervalo até julho na série histórica da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). O levantamento começou em 2012. A taxa de 5,3% ficou em linha com a mediana das projeções do mercado financeiro, que também era de 5,3%.

A pesquisa do IBGE abrange o mercado de trabalho formal, com carteira assinada ou CNPJ, e o setor informal, sem esses registros. Nas estatísticas oficiais, uma pessoa de 14 anos ou mais que não tem emprego precisa estar à procura de oportunidades para ser considerada desempregada. Não basta só não trabalhar.

A taxa de desocupação já havia registrado 5,4% até junho, mas o IBGE evita a comparação direta entre trimestres com meses repetidos. É o caso dos intervalos finalizados em junho e julho.

Na divulgação anterior, economistas afirmaram que o mercado de trabalho ainda mostrava força, mas começava a dar sinais



TÂNIA MEINERZ/JC

População desocupada diminuiu 8%, ou menos 503 mil pessoas

mais claros de desaceleração em um contexto de juros altos para conter a inflação. Um dos indícios apontados na ocasião foi a relativa estabilidade da renda após trajetória de crescimento.

Conforme analistas, o desemprego baixo para os padrões brasileiros reflete uma combinação de fatores como o crescimento da atividade econômica nos últimos anos. A economia segue com medidas de estímulo do governo Lula antes das eleições, enquanto o aperto dos juros altos atua em sentido oposto.

Outra questão citada por especialistas é a mudança demográfica em curso no país. Com o envelhecimento da população, a tendência é de que uma parcela dos brasileiros saia do mercado e deixe de buscar ocupação.

Isso reduz a pressão sobre a

taxa de desemprego, mas desafia o sistema previdenciário, porque a demanda por aposentadorias tende a crescer.

O mercado de trabalho ainda é influenciado por vagas ligadas à tecnologia. Estudo do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) estimou no ano passado que o trabalho em aplicativos reduzia o desemprego em um ponto percentual.

A população desocupada diminuiu 8% (menos 503 mil pessoas) na comparação com o trimestre de fevereiro a abril (6,3 milhões). No confronto com igual trimestre do ano anterior (6,1 milhões), houve queda de 4,9% (menos 299 mil pessoas). A população ocupada (103,3 milhões) foi a maior da série histórica, com alta de 1% no trimestre.

Governo prorroga imposto a petroleiras, mas Justiça barra cobrança

/ COMBUSTÍVEIS

O juiz Diego Câmara, da 17ª Vara Federal do Distrito Federal, determinou nesta quinta-feira a suspensão da cobrança do imposto de exportação de 12% às petroleiras.

A decisão liminar afeta a resolução da Camex (Câmara de Comércio Exterior) válida desde 10 de julho e também a prorrogação da cobrança por mais 60 dias aprovada em reunião da Gecex (Comitê-Executivo de Gestão) nesta quinta.

O Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) foi procurado por email, mas não respondeu. O mandado de segurança foi apresentado pela Abep (Associação Brasileira de Empresas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás) e buscou atacar principalmente o artifício usado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para manter a tributação.

O imposto sobre as petroleiras foi instituído por medida pro-

visória em março. A intenção do governo era usar a arrecadação excepcional para bancar a subvenção ao óleo diesel e evitar que, sob a pressão da guerra no Irã, o preço do combustível disparasse, puxado pela elevação do barril de petróleo. A MP perdeu a validade no dia 9 de julho. Para manter a cobrança, o governo publicou a resolução da Gecex.

A resolução, diz o pedido das petroleiras, “não pode ser considerada um ato administrativo amparado em fundamentos próprios”. A decisão da Gecex serviu apenas para assegurar a continuidade da cobrança e preservar os efeitos econômicos pretendidos pelo governo, afirmam os advogados da Abep na ação. Para o juiz Diego Câmara, a reedição da cobrança prevista inicialmente por medida provisória que não foi analisada no Congresso, é “descabida”, “sob pena de burla ao devido processo legislativo.” Por isso, escreveu na decisão, o instrumento via Camex estaria “maculado por vício formal em sua edição.”

AGÊNCIA PETROBRAS/DIVULGAÇÃO/JC



Juiz da 17ª Vara Federal do Distrito Federal suspendeu cobrança de 12%

Rio Grande do Sul sobe em ranking de competitividade dos estados

/ DESENVOLVIMENTO

O Rio Grande do Sul alcançou, em 2026, a melhor posição de sua história no Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). O Estado subiu da quinta para a quarta colocação geral. O resultado foi divulgado nesta quinta-feira, durante evento em São Paulo, que reuniu governadores, pesquisadores e representantes da administração pública.

Em 2021, o Rio Grande do Sul ocupava a nona posição no ranking nacional. No ano seguinte, avançou para o sexto lugar e, entre 2023 e 2025, manteve-se

na quinta colocação. Agora, chega ao quarto lugar, superando a marca registrada anteriormente ao longo da série histórica do levantamento, iniciada em 2016. O ranking reúne 68 indicadores distribuídos em dez pilares que avaliam diferentes dimensões da capacidade dos estados de promover desenvolvimento, qualidade dos serviços públicos e bem-estar da população.

Além do avanço na classificação geral, o Rio Grande do Sul manteve a liderança ou melhorou sua posição em oito dos dez pilares avaliados. Os principais destaques são Inovação e Eficiência da Máquina Pública. Em Inovação,

o Estado permanece na primeira colocação nacional pelo terceiro ano consecutivo. Já em Eficiência da Máquina Pública, ocupa novamente o primeiro lugar, pelo quarto ano seguido.

Na Segurança Pública, o desempenho também é inédito. O Rio Grande do Sul, que ocupava a nona posição em 2020, vem apresentando trajetória ascendente e, nesta edição, avançou mais uma colocação, passando ao segundo lugar entre os estados brasileiros. É a melhor posição já alcançada pelo Estado no pilar. O resultado ocorre em um período no qual o Rio Grande do Sul vem registrando os menores indicadores de cri-

minalidade de sua história.

Outro avanço expressivo aparece em Sustentabilidade Ambiental. Após enfrentar, em 2024, a maior catástrofe natural da história do país em extensão territorial, o Estado avançou da décima posição, em 2025, para a quinta colocação em 2026. A melhora reforça a evolução dos indicadores relacionados à sustentabilidade e à capacidade de resposta a desafios ambientais.

Na Educação, o Rio Grande do Sul apresentou melhora em seus indicadores, embora tenha recuado três posições e passado à nona colocação. A queda é relativa: outros estados tiveram evolução su-

perior e, por isso, ultrapassaram o Rio Grande do Sul na classificação. Dos sete indicadores avaliados pelo CLP nesse pilar, o Estado manteve ou melhorou sua posição em cinco.

Nos dois indicadores em que houve perda de posição no ranking, os dados do Rio Grande do Sul também melhoraram. A taxa de atendimento do Ensino Infantil, por exemplo, passou de 59,5% para 60,1% entre 2025 e 2026. Já a Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio aumentou de 75,2% para 76,7%. A perda de posições, portanto, ocorreu porque outros Estados apresentaram avanços ainda maiores.